

JUVENTUDE, POBREZA, EDUCAÇÃO E TRABALHO: ANÁLISE DE DADOS RECENTES

Nadia Hage Fialho¹ – PPGEduc-UNEB

Elisiana Rodrigues O Barbosa² – UNEB/SEC

Cesar Barbosa³ – PPGEduc-UNEB/UEFS

RESUMO

Nesta iniciativa examinamos os dados recentes sobre juventude no âmbito dos problemas da educação e do mundo do trabalho, tendo como pano de fundo a pobreza e os riscos sociais dela decorrentes. Elegemos o Brasil como espaço privilegiado de análise. Para isto consideramos as informações dispostas em três bases de dados: o Atlas Racial Brasileiro (PNUD), Ipeadata (IPEA) e os Microdados da PNAD (IBGE). Os resultados indicam que os jovens oriundos de famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, na sua maioria, iniciam a vida laboral antes dos 17 anos, com pouca ou quase nenhuma escolaridade. Esta inserção precoce no mundo do trabalho traz como consequência a informalidade, a precariedade e a baixa remuneração, impedindo esses jovens de romperem com o ciclo de pobreza.

Palavras-chaves: Juventude. Pobreza. Educação e inserção ocupacional.

ABSTRACT

In this initiative we examine recent data about youth in scope of the problems of education and the employment, with a backdrop of poverty and social risks entailed. We chose Brazil as a privileged space for analysis. For this we consider the information arranged in three databases: the Brazilian Racial Atlas (PNUD), IPEADATA (IPEA) and the microdata from PNAD (IBGE). The results indicate that young people from families with per capita income of up to $\frac{1}{2}$ minimum salary start working life, normally before 17 years, with little or no schooling. This premature insertion in the work market brings the consequence of informality, precariousness and low income, preventing these young people break the cycle of poverty.

Keywords: Youth. Poverty. Education and occupational insertion.

1. INTRODUÇÃO

Sobre a juventude repousa as esperanças de uma nação. É nesta etapa de vida que adquirimos as capacidades, as habilidades e as especializações requeridas pelo mundo do trabalho. No entanto a juventude é um convidado recente na nossa história. Apenas há pouco tempo o jovem passou a figurar como sujeito e objeto de políticas públicas no Brasil.

A juventude transborda na produção de sentido e representação do mundo globalizado, que olha para ela como uma grande reserva de produção e consumo. Os jovens são mais sintonizados com as novas tecnologias de informação e comunicação, de modo que se adaptam melhor aos novos padrões da divisão do trabalho. Têm maior facilidade para formar redes, facilitando a difusão de notícias e produtos, por isto, recaí sobre eles a grande oferta das indústrias cultural e eletrônica. Estas características da juventude permitem criar novos espaços de discussão e mobilização, sobretudo virtuais, emergindo novas formas de ação coletiva: as redes sociais⁴. Estas são caracterizadas por uma teia de conexões que se traduzem em espaços de difusão de informações e de conhecimento. Apesar disto, os domínios tecnológicos não se convertem em igualdade de oportunidade, do mesmo modo que a maior capacidade de adaptação às novas formas de produção tem se traduzido em mais precarização do trabalho.

Com o surgimento da lan house observa-se uma redução dos custos de acesso à Internet, de modo que a filiação a redes sociais expandiu-se entre os jovens de todas as classes. Este tipo de estabelecimento tornou-se muito popular e bastante comum nos espaços habitados por famílias de baixa renda. No ano de 2009, segundo pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), das pessoas que acessavam a grande rede, 45,0% o fazia em estabelecimentos desta natureza. Se considerarmos apenas os residentes na área rural, esta razão eleva-se para 54,0%. No nível regional, o Nordeste exhibe a taxa mais expressiva. Nesta região, 63,0% dos que usavam a Internet, naquele ano, tinham como local de acesso uma lan house. Da mesma forma que 58,0% dos jovens com idade de 16 a 24 anos e 72,0% dos que se originam em famílias de baixa renda (renda familiar inferior a R\$465,00), também se valiam das lan houses para conectar-se ao mundo.

Por essas razões, os jovens constituem um contingente populacional que em termos social, político, cultural e econômico é bastante significativo. Contudo, este segmento social carrega dentro de si muita heterogeneidade. Há muitas disparidades entre jovens de diferentes grupos familiares e, até mesmo, de distintos subgrupos etários. A situação do jovem difere em função da sua estrutura de apoio, das condições familiares, da dinâmica do mercado de trabalho e da rede a qual está filiado.

Para efeito deste estudo consideramos jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. A opção por este recorte sustenta-se na idéia, de que do ponto de vista educacional, as pessoas nesta faixa etária já teriam completado, ao menos, o ensino fundamental, de modo que poderiam ingressar no mercado de trabalho com o mínimo de escolaridade. Ressalte-se, que a Constituição Federal estabeleceu a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho⁵. Para facilitar a análise e para contemplar a grande heterogeneidade existente entre esses jovens, os dados serão apresentados, sempre que possível, em sub-faixas: 15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais três seções. A seção 2, a síntese do problema, apresenta o contexto da problemática estudada. A seção 3, juventude e trabalho: a exclusão pelo estudo, discute as aproximações e distanciamentos entre os sistemas de ensino e o de produção, com vistas em revelar os elementos discriminantes na relação destes dois sistemas. A seção 4, destaca as nossas considerações finais que, em função da dinâmica dos dados, ainda são de caráter preliminar.

2. SÍNTESE DO PROBLEMA

Se por um lado a contemporaneidade apresenta um mundo novo, onde a juventude assume a centralidade, por outro impõe ao jovem novas solitudes no sentido de ajustar a oferta de trabalho à demanda. Em outras palavras, adequar a formação profissional à oferta de emprego. Neste sentido, o jovem brasileiro encontra hoje uma grande oportunidade em função do momento demográfico atual. O Brasil passa por um processo de envelhecimento de sua população. Isto pode diminuir o peso relativo da população jovem, reduzindo assim os índices de desemprego para esse segmento populacional.

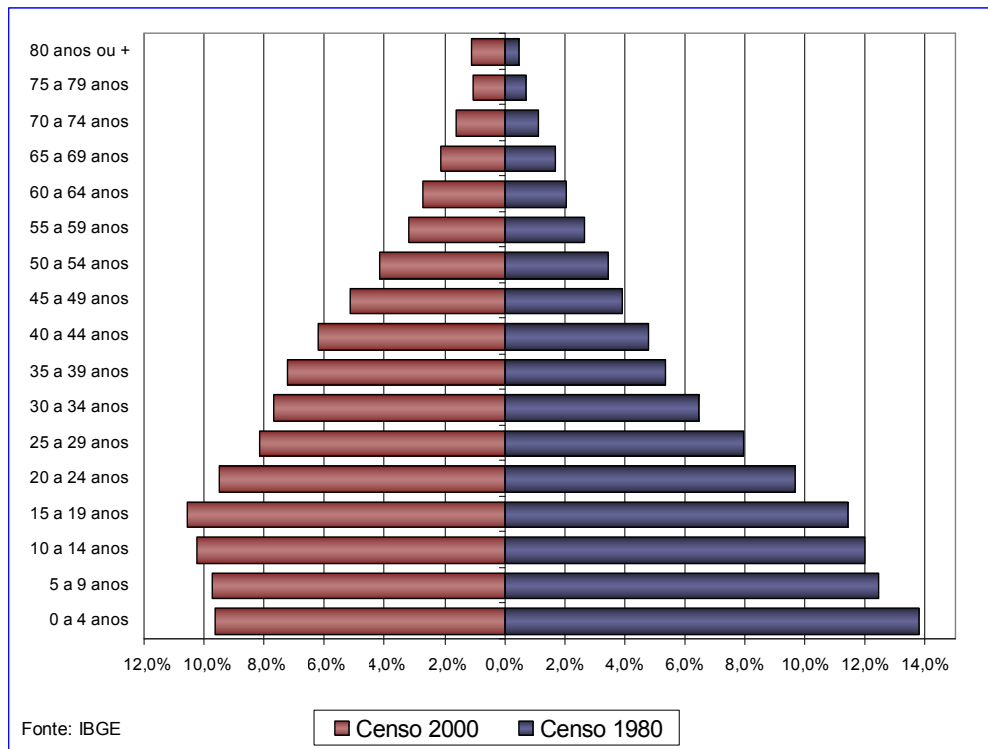


Figura 1 – Brasil: pirâmide etária, 1980 e 2000

Embora o momento seja auspicioso, os acontecimentos da atualidade insinuam grandes desafios às políticas públicas para os jovens e para os velhos. Para estes últimos, o aumento da longevidade requer políticas específicas nas áreas de saúde e qualidade de vida. Entre os jovens ainda há muitas disparidades educativas, de oportunidade de emprego, de rendimento e conectividade, que culminam no aumento da exposição dos jovens à violência e a pobreza.

Em termos de violência, os jovens lideram as estatísticas de trânsito e os homicídios. São os maiores usuários de drogas lícitas e ilícitas e, embora adoçam menos, são mais acometidos por doenças cuja transmissão se dá pelo uso de drogas ou relação sexual. Este quadro fica agravado na medida em que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2008), cerca de 29,0% dos jovens com 15 a 29 anos vivem em famílias com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em alguns casos, atuando como chefes desses núcleos familiares. Devemos aliar a esta informação o fato de que esse é o limite utilizado para delimitar a linha da pobreza⁶.

Tradicionalmente a pobreza caracteriza-se pela existência de grupos demográficos cuja renda pessoal ou familiar está abaixo da “linha de pobreza”, restringindo o acesso desses grupos ao consumo, ou seja, a pobreza de renda. Por outro lado, uma perspectiva mais ampla tende a encarar a pobreza não apenas pela carência material para suprir necessidades biológicas de grupos humanos, mas, sobretudo, pelas condições em que essas populações

vivem e sobrevivem: precária relação social, em situação de insegurança e vulnerabilidade econômica, com baixa estima e estado de impotência. Esses elementos poderão apresentar-se mais ou menos intensos a depender do país, região ou qualquer outro recorte que se adote.

Dessa forma, a pobreza assume outras dimensões: a pobreza de segurança, caracterizada por grupos demográficos que vivem em situação de risco, expostos a violência e a perseguição política e com maior vulnerabilidade a choques econômicos; a pobreza educativa, que se distingue pela presença de grupos demográficos cujo acesso à escola e à qualificação é negado ou dificultado, alijando-os do processo político e produtivo, impedindo-os de exercer sua cidadania; a pobreza em saúde, cujos traços revelam a existência de grupos demográficos desprovidos de atendimento de saúde e saneamento básico, expondo-os a situações precárias de alimentação (malnutridos), doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; e a pobreza cultural que, diferente da pobreza educativa, escapa do sistema formal, caracterizando-se pela presença de grupos demográficos expropriados de significados de concepções de mundo no contexto sócio-histórico de que fazem parte, tornando-os suscetíveis à alienação e dominação política⁷.

Essas diferentes dimensões da pobreza poderão apresentar superposições. Assim, podemos encontrar grupos demográficos que estejam submetidos, simultaneamente, a todas elas. Nessa perspectiva, a idéia de pobreza está ligada à falta de acesso de alguns grupos demográficos a um conjunto de capacidades, tais como a de sobreviver e ter boa saúde, assegurar a reprodução biológica, interagir socialmente, ter conhecimento e liberdade de expressão e pensamento, entre outras garantias sociais.

A pobreza, de fato, é um fenômeno complexo, relacionado a muitas dimensões e, portanto, medido de diferentes maneiras. Em geral, as avaliações dos níveis de pobreza têm como ponto de partida a insuficiência de renda para fazer frente ao atendimento das necessidades básicas de grupos demográficos (humanos) em determinado tempo e espaço.

No entanto, a utilização de múltiplas dimensões para análise da pobreza não se contrapõe à visão quantitativa da pobreza visto que a renda guarda forte correlação com as demais privações que acometem os pobres, de forma que a pouca renda não lhes permite acesso a condições adequadas de moradia, educação, saúde e alimentação, tornando-os mais vulneráveis a doenças, crises econômicas e catástrofes naturais. Contam com pouco amparo institucional e pouca penetração política, tornando-os incapazes de influenciar as decisões que afetam suas próprias vidas. Isto é, são atingidos pela pobreza nas suas mais diversas dimensões.

Os dados recentes indicam que no Brasil a pobreza assume uma trajetória decrescente,

mas ainda há um grande número de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A Figura 2 demonstra que no ano de 1998 havia 35,6% da população vivendo esta condição, ao passo que, em 2008, esta razão diminuiu para 22,6%. Se considerarmos a estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a população nesse último ano, podemos afirmar que cerca de 42,5 milhões de brasileiros vivem em extrema pobreza.

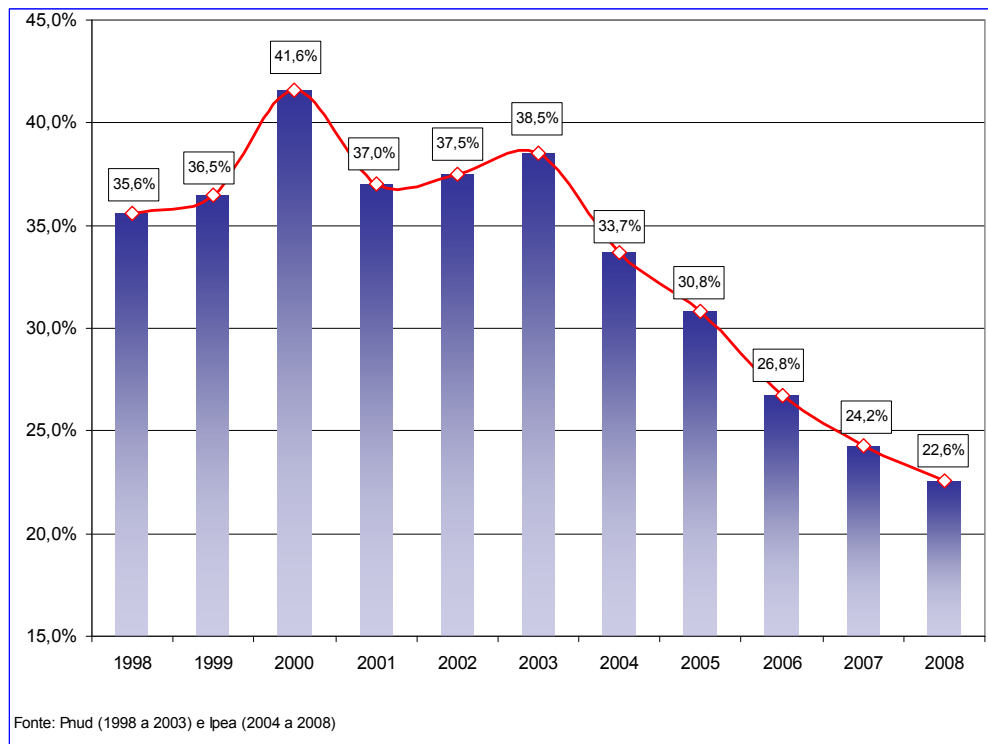


Figura 2 - Brasil: Incidência da pobreza na população residente, 1998 - 2008

Convém ressaltar que, conforme informações daquele mesmo Instituto, no ano 2000, 46,0% das pessoas com idade de zero a 14 anos se achavam em famílias com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$75,50 ($\frac{1}{2}$ salário mínimo de agosto de 2000). Possivelmente estas crianças estavam submetidas a todas as formas de pobreza, incidindo sobre elas, simultaneamente, todas as dimensões deste problema.

Outro aspecto relacionado a essa problemática e que merece destaque é a constatação de que, mesmo no que pese o Brasil apresentar razoável avanço na escolaridade média de sua população, saindo de 4,0 para 7,3 anos de estudo no período de 1980 a 2003, representando um crescimento de 82,4%, os rendimentos do trabalho exibem resultados mais modestos, indicando certa rigidez no que se refere ao seu padrão distributivo.

Tabela 1 - Brasil: escolaridade média (anos médios de estudo) da população residente, 1980 - 2003

Tempo	1980	1986	1991	1996	2000	2003
Número de anos de estudo	4,0	4,8	5,1	6,4	6,2	7,3

Fonte: Atlas Racial Brasileiro/Pnud

Assim, a Figura 3 demonstra que, embora o Brasil tenha apresentado, na última década, melhoras na distribuição dos rendimentos, há muito ainda no que avançar. Com efeito, notamos que os rendimentos mostram-se até então muito concentrados. No exame da referida figura, observamos também que as melhorias incidiram sobre os rendimentos dos que se situam entre o 3º (30%) e 9º (90%) decil. Para os 20% mais pobres e os 10% mais ricos, praticamente não houve alteração nesses dez anos.

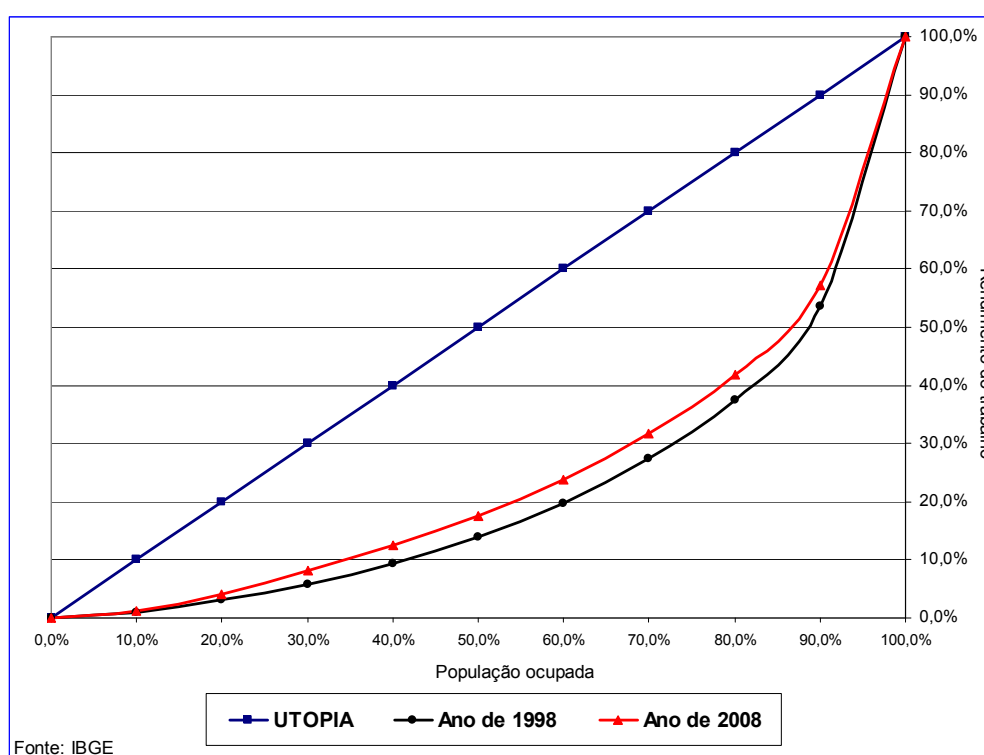


Figura 3 – Brasil: curva de concentração de Lorenz⁸, 1998 e 2008

A juventude, vista como o elo entre as gerações, é segmento populacional capaz de romper o ciclo vicioso de pobreza das famílias. Mas, para isto, é preciso garantir as condições educativas e de qualificação profissional que permita quebrar essas estruturas. Por outro lado, a rigidez no padrão distributivo de renda, o violento processo de exclusão que vigora na sociedade brasileira e a inflexibilidade da hierarquia salarial imposta pelo mercado de trabalho tornam este desafio mais difícil.

3. JUVENTUDE E TRABALHO: A EXCLUSÃO PELO ESTUDO

O argumento da educação tem sido por muitos utilizado para legitimar os processos de distribuição de renda e, conseqüentemente, a manutenção de certos grupos em situação de

pobreza. Desde os primórdios da ciência econômica esta argumentação é recorrente. Adam Smith, em “A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas”, obra considerada fundante da Ciência Econômica, propõe um modelo de crescimento econômico no qual o trabalho exerce papel fundamental: a riqueza de uma nação será proporcional à quantidade de trabalho que a mesma tenha condições de comandar. No entanto, conforme adverte o autor, “deve-se levar em conta também os graus diferentes de dificuldade e de engenho empregados nos respectivos trabalhos” (SMITH, 1996, p. 88). Estas diferenças constituem distintos graus de produtividade. A produtividade do trabalho, entretanto, dependerá de divisão do trabalho e do nível de formação da mão-de-obra. Surge, então, a educação como elemento de diferenciação. A educação é tomada como argumento para justificar a distinção entre as pessoas replicada na divisão do trabalho:

A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação (SMITH, 1996, p. 75).

Antes de Smith, outros já haviam apontado sobre os efeitos individuais que a educação exerce sobre os homens, alterando suas habilidades e suas produtividades. De fato, não se pode deixar de reconhecer que o sistema educacional e o sistema econômico estão de alguma forma relacionados. Talvez, esta relação não seja tão clara em um outro segmento do sistema econômico como o é na desigualdade de rendimentos, revelada (e/ou ampliada) pelo mercado de trabalho.

Para se ter uma idéia desta relação, é ilustrativo recordar o que escreveu John Stuart Mill: “... se um trabalhador inglês chega ser mais que um lenhador ou carregador de água, ele o deve à educação ...” (MILL, 1988, p.104). Ao se pronunciar no *Report of the Poor Commissioners*, ele escreve:

Todavia, comercialmente, ou por sua utilidade geral e como homem dos quais o empregador mais gostaria de dispor decididamente preferiria os saxões e os suíços, porém mais especialmente os saxões, pois estes tiveram uma educação geral mais cuidadosa, ampliando os limites de suas capacidades ... (MILL, 1988, p.104-5).

Assim, vislumbra-se uma forte relação entre as capacidades humanas e o nível e a qualidade da educação a que os sujeitos são submetidos. Dessa forma, percebe-se que a educação afeta, sobremaneira, os níveis de produtividade do trabalho, de modo que os trabalhadores com mais educação são preferíveis aos que têm menos educação e, portanto, tenderiam a auferir maiores rendimentos.

Para efeitos analíticos, podemos aceitar a tradição dos economistas de que os rendimentos são proporcionais à produtividade do trabalho e esta ao nível de educação. Neste

contexto, o caso brasileiro traz algumas peculiaridades. Conforme já salientado, a escolaridade da população brasileira vem aumentando nas últimas décadas. A razão para isto está no aumento do atendimento escolar, sobretudo a partir de 1996. Esse ano foi marcado por dois eventos importantes, que favoreceram a ampliação das matrículas em todos os níveis: a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

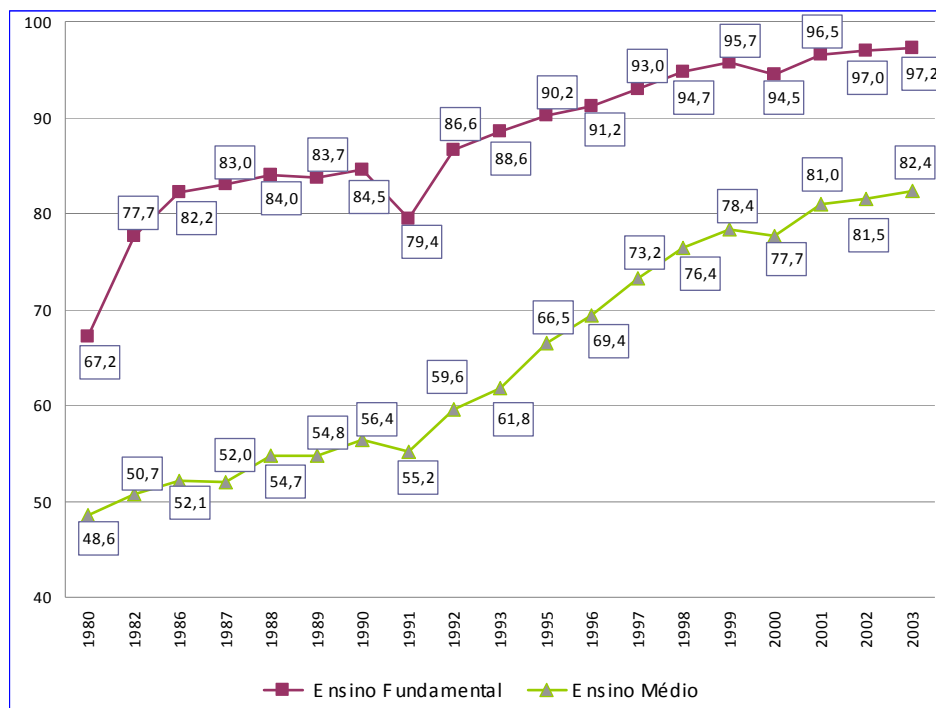


Figura 4 - Brasil: taxa de atendimento, segundo nível educacional, 1980 - 2003

Podemos observar, na Figura 4, que a taxa de atendimento no ensino fundamental em 2003 alcançou o patamar de 97,2%, muito próximo da totalidade. Este indicador é bastante útil para avaliar a capacidade do sistema de ensino, visto que corresponde a proporção da população de 7 a 14 anos que frequenta este nível de ensino. Por outro lado, nesse mesmo ano, no ensino médio - primeiro nível a agregar capacidades laborais vinculadas ao mercado de trabalho - apenas 82,4% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estavam matriculados.

Se considerarmos as informações mais recentes, evidenciamos que, no ano de 2008, 75,0% dos indivíduos sem instrução e 60,5% daqueles que não concluíram o ensino fundamental desenvolviam suas atividades profissionais no mercado informal, ao passo em que apenas 32,8% e 24,1% dos que completam o ensino médio e o superior, respectivamente, ocupavam-se de atividades informais. Com efeito, notamos que a informalidade, dadas as características das atividades aí desenvolvidas, é um território dominado por trabalhadores de baixo nível de instrução, de modo que os indivíduos sem instrução, bem como os que não conseguem completar o ensino fundamental, vêm no setor informal a oportunidade de

ocupação.

Tabela 2 - Brasil: posição na ocupação do trabalho principal, segundo nível de instrução, 2008 (%)

Posição na ocupação do trabalho principal	Nível de instrução mais elevado alcançado								TOTAL
	Sem instrução	Fund. incompleto	Fund. completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Não determinado	
Setor Formal	16,9	28,3	41,7	40,8	60,3	60,7	64,7	49,5	43,2
Empregado c/ carteira assinada	14,0	23,5	35,7	36,4	51,1	47,5	38,3	41,0	34,7
Militar	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3
Funcionário público estatutário	1,1	1,7	2,8	2,2	7,5	12,4	25,8	4,1	6,2
Trab. domestico c/ cart. assinada	1,8	3,1	3,0	1,8	1,2	0,2	0,2	4,1	2,0
Setor Informal	75,0	60,5	50,1	50,8	32,8	31,5	24,1	45,6	47,7
Por conta própria	31,2	25,1	20,9	14,3	14,1	9,4	12,0	15,7	19,5
Trab. domestico s/ cart. assinada	7,4	9,4	7,5	7,4	3,1	0,4	0,3	8,2	5,9
Outros empregados sem carteira assinada	19,1	18,8	19,5	27,2	14,9	21,7	11,5	18,4	17,9
Trabalho p/ o próprio consumo	17,0	7,1	2,1	1,7	0,7	0,1	0,2	3,3	4,3
Na construção p/ o próprio uso	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros	8,1	11,1	8,2	8,4	6,9	7,8	11,2	5,0	9,1
Empregador	2,0	3,0	3,8	2,7	4,6	5,2	10,1	1,7	4,2
Não remunerado	6,2	8,1	4,4	5,7	2,3	2,6	1,1	3,2	4,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da Pnad/IBGE

Nessa perspectiva, observamos ainda que o jovem ao concluir o ensino médio tem a chance de empregar-se no setor formal aumentada de 40,8% para 60,3%. Da mesma forma que possuir um diploma de graduação amplia essa possibilidade para 64,7%. Se considerarmos que o setor formal reúne condições favoráveis, na medida em que, por via de regra, este setor oferece melhores condições de trabalho, relações formalizadas, garantias sociais e de representação, podemos afirmar que assegurar as competências educativas é fundamental para romper o ciclo vicioso de pobreza no Brasil.

No entanto, para um jovem brasileiro não é fácil alcançar esses benefícios. Há inadequações no sistema de ensino que impede o avanço educacional desse jovem. No contexto apresentado na Tabela 3, evidenciamos que a chance de um indivíduo de 15 a 17 anos concluir o ensino médio regular é de apenas 2,0%. Para os poucos que avançam nesta etapa, novas barreiras são encontradas, de modo que terão 2,5% de probabilidade de concluir os estudos universitários com até 24 anos. Possivelmente a razão para isto está muito mais relacionada à permanência e manutenção desses jovens nos ambientes escolares do que ao atendimento, que, aliás, vem crescendo substancialmente tanto na educação básica como no ensino superior. No que se refere a este último nível, os recentes avanços nas matrículas não foram suficientes para atender a demanda reprimida. Ocorre que muitos se encontravam em defasagem no ensino médio, elevando a probabilidade de concluir o curso superior com até 29

anos para 10,9%.

Tabela 3 - Brasil: nível de instrução, segundo idade, 2008 (%)

Nível de instrução mais elevado alcançado	Crianças			Jovens				30 anos ou mais	TOTAL
	0 - 6 anos	7 - 14 anos	Total	15 - 17 anos	18 - 24 anos	25 - 29 anos	Total		
Sem instrução	99,7	18,1	51,9	2,0	2,6	4,4	3,1	15,4	21,2
Fundamental incompleto	0,3	80,6	47,3	41,0	20,0	24,0	25,6	39,0	37,6
Fundamental completo	0,0	1,2	0,7	23,4	10,4	9,4	12,7	9,6	8,3
Médio incompleto	0,0	0,1	0,1	31,0	16,2	7,6	16,4	3,4	6,0
Médio completo	0,0	0,0	0,0	2,0	37,0	35,7	29,4	19,7	17,4
Superior incompleto	0,0	0,0	0,0	0,1	10,7	7,5	7,5	2,6	3,2
Superior completo	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	10,9	4,7	9,9	6,1
Não determinado	0,0	0,0	0,0	0,5	0,6	0,5	0,6	0,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da Pnad/IBGE

Isto é tanto mais importante quando consideramos que muitos desses jovens, em razão do estado de pobreza ao qual estão submetidos, são obrigados a aventurar-se no mercado de trabalho precocemente. A este propósito, os dados da Tabela 4 mostram que 33,8% dos jovens iniciam sua vida laboral entre 15 e 17 anos, idade em que deveriam estar cursando o ensino médio.

Tabela 4 - Brasil: idade em que começou a trabalhar por segundo Idade, 2008 (%)

Idade em que começou a trabalhar	Trabalhadores Jovens				30 anos ou mais	Total
	15 - 17 anos	18 - 24 anos	25 - 29 anos	Total		
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 9 anos	7,1	5,5	7,0	6,3	16,7	13,1
10 - 14 anos	44,8	28,7	33,8	32,4	42,0	38,7
15 - 17 anos	48,1	34,8	28,8	33,8	22,2	26,3
18 - 19 anos	0,0	22,4	15,9	17,4	10,2	12,7
20 - 24 anos	0,0	8,6	12,2	9,1	6,3	7,3
25 - 29 anos	0,0	0,0	2,3	0,9	1,5	1,3
30 anos ou +	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,7

Fonte: Microdados da Pnad/IBGE

Além disso, há muita desigualdade no acesso a todos os níveis de ensino. Em 2008, dos indivíduos pobres, com idade entre 15 e 29 anos, apenas 33,5% e 15,5% completaram os níveis fundamental e médio, respectivamente. Este problema torna-se mais agudo quando consideramos o ensino superior. Neste nível somente 1,2% dos jovens pobres concluem seus estudos, ao passo que para os jovens oriundos de famílias com renda per capita familiar acima de cinco salários mínimos esse percentual eleva-se para 25,4%.

Tabela 4 - Brasil: nível de instrução mais elevado alcançado e rendimento familiar mensal per capita, segundo Idade (pessoas de 15 a 29 anos), 2008 (%)

Nível de Ensino								TOTAL
	Até 1/2 Salário Mínimo	Mais de 1/2 até 1 Salário Mínimo	Mais de 1 até 2 Salários Mínimos	Mais de 2 até 3 Salários Mínimos	Mais de 3 até 5 Salários Mínimos	Mais de 5 Salários Mínimos	Sem declaração	
Fundamental	33,5	34,0	22,2	4,4	2,3	1,1	2,5	100,0
Médio	15,5	29,5	34,4	10,2	5,1	2,1	3,2	100,0
Superior	1,2	5,9	18,8	18,6	24,4	25,4	5,7	100,0
TOTAL	19,0	28,3	29,5	9,5	6,3	4,2	3,2	100,0

Fonte: Microdados da Pnad/IBGE

No entanto, os poucos que conseguem avançar nos estudos não têm assegurado uma colocação compatível no mercado de trabalho, visto que os indivíduos jovens apresentam um grau de incompatibilidade entre curso superior concluído e inserção ocupacional muito acentuado. Para a faixa etária de 18 a 24 anos a percentagem de indivíduos com curso superior concluído em ocupações incompatíveis com sua formação foi de 46,0%. Este indicador é importante por revelar o subemprego entre os jovens e a rigidez da estrutura ocupacional.

Tabela 5 - Brasil: incompatibilidade entre curso superior concluído e inserção ocupacional, 2008 (%)

Grupo ocupacional	18 - 24 anos	25 - 29 anos	Total (18-29anos)
Ocupações compatíveis	54,0	62,5	60,6
Ocupações não compatíveis	46,0	37,5	39,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da Pnad/IBGE

Essa forma de inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho traz conseqüências como aumento da precarização, a informalidade, a baixa remuneração e a manutenção desses jovens na pobreza. Todas essas circunstâncias não se devem apenas ao nível educacional. Para Bourdieu (2001), temos que considerar a estreita relação entre o sistema econômico e o sistema de ensino, cada um com sua dinâmica própria. O sistema de ensino mantém uma ligação com o aparelho econômico na medida em que fornece mão-de-obra dotada de certas competências, mas guarda autonomia de seus diplomas em relação ao mercado.

Do ponto de vista do sistema econômico, essas circunstâncias podem ser explicadas pelo processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a economia brasileira nas últimas duas décadas. Esse processo iniciou-se em fins dos anos 80, maturou-se na década de 90 e

seus reflexos são sentidos ainda nos dias atuais. Caracteriza-se por uma extrema desregulamentação dos mercados financeiros, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação - que tornou o tempo instantâneo e aproximou os espaços - e, sobretudo, pela implementação de um conjunto de políticas de orientação neoliberal e redefinição do papel do estado.

Esses mecanismos de ajuste econômico conduziram a economia brasileira a uma profunda crise, que aumentou o desemprego e, conseqüentemente, a informalidade. Por outro lado, percebe-se que essa crise atingiu com muito mais rigor os trabalhadores jovens, na medida que a baixa escolaridade não lhes dá a flexibilidade que o mercado de trabalho exige. Isso nos permite concluir que este segmento populacional é mais vulnerável a choques econômicos dessa natureza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo examinamos a juventude brasileira no âmbito dos problemas da educação e do mundo do trabalho, tendo como pano de fundo a pobreza e os riscos sociais dela decorrentes. Nesta perspectiva, observamos que, com o momento demográfico atual, abriu-se uma janela de oportunidade para esse segmento populacional: o envelhecimento da população pode reduzir os índices de desemprego entre os jovens de 18 a 29 anos. Mas, antes disso, é necessário que esses jovens adquiram as competências requisitadas pelo mercado de trabalho. Vemos, então, uma aproximação entre o sistema de ensino e o sistema produtivo, no sentido de que ao primeiro cabe a formação de profissionais para atender às demandas do segundo. Por outro lado, observa-se também um distanciamento, na medida em que o sistema de ensino preserva a autonomia de seus diplomas em relação ao sistema econômico.

Mas não é só isso. A sociedade brasileira apresenta uma rigidez em seu padrão distributivo de renda e na sua estrutura de oportunidade, de modo que os avanços na escolaridade média do jovem não se revertem em melhores oportunidades de trabalho. O violento processo de exclusão que vigora em nossa sociedade contribui de maneira decisiva para a pobreza e para a pouca escolaridade dos jovens abrigados em famílias com rendimento familiar per capita mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Isto se deve as circunstâncias sociais impostas a esses jovens, obrigando-os a inserir-se prematuramente no mercado de trabalho. Na maioria das vezes, iniciam a vida laboral até aos 17 anos. Estes indivíduos, de pouca idade, fizeram a escolha pela sobrevivência, em detrimento da educação.

A opção de lançar-se prematuramente no mundo do trabalho, aliada a constatação de

que os indivíduos com baixa escolaridade têm poucas chances de se empregarem no setor formal, traz conseqüências graves para a juventude brasileira. As raras oportunidades de ocupação para esses indivíduos estão na informalidade, em atividades precárias e de baixa remuneração, fechando, assim, o ciclo que mantém a maioria dos jovens brasileiros em situação de pobreza.

REFERÊNCIAS

ATLAS Racial Brasileiro 2005: banco de dados preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG). No ar deste 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org>>. Acessado em: 20 dez. 2009.

BOURDIEU, Pierre. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2009**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2009/index.htm>>. Acessado em: 20 jul. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisa. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/microdados.shtm>>. Acessado em: 20 jun. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEADATA: Base de dados mantida pelo Ipea**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado em: 20 jun. 2010.

MILL, John Stuart. Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SILVA, Luciene. Notas de aulas da disciplina educação e contemporaneidade. Salvador: PEC/Uneb, 2004.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume I (Os Economistas).

NOTAS

¹ Doutora em Educação; Professora Plena do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb); Professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB); Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Universidade e Região. nadiahfialho@gmail.com

² Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/Uneb); Professora Visitante da Uneb; Professora Multiplicadora do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE-2/IAT/Sec). elisianabarbosa@yahoo.com.br

³ Doutorando em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB); Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (DCIS/UEFS); Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária da Superintendência de Orçamento Público (DSO/SPO/SEPLAN). cbarbosa2005@ymail.com

⁴ Essas redes são sites que permitem criar e manter comunidades na Internet. Na atual configuração do mundo, estas redes podem ser de grande importância na aplicação de políticas públicas, uma vez que facilita a comunicação entre as pessoas e potencializa formas de articulação em torno de demandas sociais.

⁵ Art. 227 da Constituição Federal de 1998.

⁶ A forma mais amplamente empregada para se avaliar a dimensão da pobreza em qualquer sociedade é estipular uma linha da pobreza e fazer a simples contagem dos pobres. Ocorre que há diferentes maneiras de se estabelecer essa medida. O Banco Mundial, por exemplo, considera como limite para a pobreza o valor de 2,0 dólares (paridade do poder de compra) dia, isto o indivíduo cuja renda diária estiver abaixo deste valor, será considerado pobre. No Brasil, no entanto, a metodologia oficial usa como referência o salário mínimo e familiar per capita, de modo que um indivíduo será considerado pobre se sua renda familiar per capita for inferior ½ do salário.

⁷ O conjunto desses significados constitui o conceito de cultura (SILVA, 2004, P. 02).

⁸ A curva de concentração de Lorenz é um gráfico muito utilizado para ilustrar a desigualdade existente na distribuição do rendimento entre pessoas ou famílias numa determinada sociedade. Neste gráfico em um dos eixos é colocada a parcela da população e no outro a fração do rendimento apropriada por esta parcela, ambos representados por classes percentuais. Para facilitar a leitura do nível de concentração, coloca-se no gráfico uma linha hipotética que representa a distribuição ideal, onde certa proporção da população se apropria de proporção igual dos rendimentos. Quanto mais afastada desta utopia for a curva real, mais concentrada será a distribuição.